



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2014, QUE TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ENGLOBALDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E AGLOMERADOS URBANOS MAIS AFASTADOS (COMUNIDADES, POVOADOS E DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA E A CONSTRUTORA REMO LTDA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES E FUNDAMENTO

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº.18.260.489/0001-49, com sede na Praça Antônio Alves Faria, s/nº, Bairro: Centro, CEP 38.430-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Edilamar Novais Borges, brasileira, viúva, agente político, CPF nº. 443.410.086-68.

**CONTRATADA:** Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, inscrito no CREA sob o nº 6.683/D.

**FUNDAMENTO:** Este aditamento fundamenta-se no Item 3.4 da Cláusula Terceira do contrato original; no Item 2.1 da Cláusula Segunda do mesmo instrumento, vinculado ao Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014; no art. 57, II, c/c art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/1993; na Lei Federal nº 10.520/2007, naquilo que couber; e na justificativa anexa, parte integrante e complementar do presente instrumento, como se transcrito na íntegra estivesse.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste aditivo a prorrogação da vigência do Contrato de origem, a alteração no valor pactuado entre as partes e demais alterações, nos termos da justificativa anexa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1. Por meio do presente Aditivo, fica prorrogada de 01/01/2016 a 31/12/2016 a vigência do contrato nº 138/2014, datado de 30 de dezembro de 2014, tendo em vista a faculdade prevista na Lei Federal nº 8.666/1993 e a necessidade da continuação na prestação dos serviços.

2. O item 2.1 da Cláusula Segunda passará a vigorar com a seguinte redação:

“O presente contrato tem o valor global de R\$ 330.812,64 (Trezentos e trinta mil, oitocentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em 12 parcelas iguais e mensais no valor de R\$ 27.567,72 (Vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos) conforme proposta apresentada que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.”

*Handwritten signatures and initials:*  
- A large signature in blue ink, possibly "Sérgio".  
- A signature in blue ink, possibly "Edilamar".  
- Initials "M" and "S" in blue ink.

3. O item 2.2 da Cláusula Segunda passará a vigorar com a seguinte redação:  
"As despesas referentes aos serviços objeto deste contrato serão suportadas pela dotação orçamentária nº 02.01.01.15.451.0001.2.0322.33.90.39.00.00"

4. Fica acrescido o item 2.3 à Cláusula Segunda do instrumento contratual, de forma que este possui a seguinte redação:

"2.3. Para fins de apuração dos valores estabelecidos no item 2.1 desta Cláusula, o valor a ser pago por Ponto de Iluminação Pública será de R\$ 6,57 (Seis reais e cinquenta e sete centavos), considerando que o município de Tupaciguara possui, para fins de pagamento, o quantitativo total de 4.196 (Quatro mil, cento e noventa e seis) de Pontos de Iluminação Pública, sendo vedado qualquer tipo de cobrança retroativa relativa ao aumento de quantitativo ocorrido no ano de 2015."

5. Fica acrescido o item 4.1.1.2 à Cláusula Quarta do instrumento contratual, de forma que este possui a seguinte redação:

"4.1.1.2. Caso a CONTRATANTE efetue o pagamento no prazo estabelecido no item 4.1.1, a CONTRATADA concederá desconto de 3.0% (três por cento) sobre o valor total da fatura, sendo que tal benefício será concedido na fatura a ser paga no mês subsequente."

6. Fica acrescido o item 6.1.17 à Cláusula Sexta do instrumento contratual, de forma que este possui a seguinte redação:

"6.1.17. Assumir integralmente a responsabilidade quanto à manutenção dos Pontos de Iluminação Pública do Tipo Ornamental, conforme disposições e descrições do Anexo III do edital que deu origem a esta contratação."

7. O item 8.1 da Cláusula Oitava passará a vigorar com a seguinte redação:

"8.1. O CIDES poderá nomear um responsável técnico, ao qual será designado as seguintes atribuições:"

**CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições previstas no contrato de origem que não conflitarem com o presente aditamento.
2. E, por estarem justas, as partes firmam o presente aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Tupaciguara- MG, 30 de dezembro de 2015.

  
EDILAMAR NOVAIS BORGES  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA RÉMO LTDA.  
CONTRATADA



Testemunha 1

Ass.: [assinatura]

Nome: Rosângela A. Merim

C.I.: 5620768 - 6

CPF: 782667189 - 20

Testemunha 2

Ass.: [assinatura]

Nome: Mayone Santos

C.I.: MG 11861694

CPF: 06791705630

SETOR DE LICITAÇÕES  
Folha nº 1355  
Visto Rosângela

JUSTIFICATIVA

O Município de Tupaciguara MG, por meio do Processo de Licitação nº 04/2014, Pregão Presencial 01/2014 realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, firmou contrato com a empresa Construtora Remo Ltda. para a prestação de serviços de iluminação pública, compreendendo a Tupaciguara-MG, englobando o perímetro urbano, zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (comunidades, povoados e distritos), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, na forma prevista pelo instrumento contratual.

Considerando o documento anexo apresentado pela Construtora Remo Ltda.;

Considerando o Parecer Jurídico elaborado pela Assessoria Jurídica do CIDES;

Considerando que o contrato supra vencerá em 31/12/2015;

Considerando a possibilidade legal de reajuste do valor do contrato, conforme previsão contratual contida no item 3.6;

Considerando que os serviços prestados pela empresa contratada são de natureza contínua para o município, que deles não pode prescindir;

Considerando que os recursos para esta despesa estão previstos na dotação orçamentária nº 02.01.01.15.451.0021.20322.8.390.39.00.00


Considerando o interesse e a conveniência administrativa em manter-se adstrita a esta contratação, possibilitando a continuidade do fornecimento dos serviços, optamos pela prorrogação do prazo contratual do instrumento de 01/01/2016 até 31/12/2016;

Considerando que os preços propostos pela empresa contratada estão adequadamente dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado;

Considerando as demais vantagens propostas pela Construtora Remo Ltda.; e

Ante todo o exposto, tem-se por justificado o presente aditamento que encontra amparo legal no instrumento original em vigor e na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Tupaciguara-MG, 30 de dezembro de 2015.

  
EDILAMAR NOVAIS BORGES  
Prefeito Municipal





Prezado Sr. João Manoel Rabelo,  
Diretor de Operações (Construtora Remo Ltda.)

Assunto: Resposta à Solicitação

Em resposta à solicitação encaminhada ao Consórcio Público Intermunicipal do Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES pela Construtora Remo Ltda., datada de 14 de dezembro de 2015 e recebida em 28 de dezembro de 2015, antes do CIDES se posicionar oficialmente sobre o caso em tela, faz-se necessária uma melhor elucidação por parte da citada empresa quanto aos seguintes aspectos:

a) O citado art. 1º da Lei Federal nº 13.161/2015 que altera os arts. 7º e 7º-A da Lei Federal nº 12.546/2011 está assim disposto, senão vejamos:

*"Art. 1º A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*"Art. 7º **Poderão contribuir** sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:*

*....." (NR)*

*"Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de **call center** referidas no inciso I e as constantes dos incisos III, V e VI, todos do **caput** do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento)."* (grifo nosso)




COMUNICADO

Prezado(a) Prefeito(a),

Em virtude da necessidade de ajustar questões referentes a prazos que envolvem a contratação dos serviços de manutenção da iluminação pública dos municípios junto à Construtora Reno Ltda., foi necessária a elaboração pela Assessoria Jurídica de uma minuta de 'Termo de Convalidação' com vistas a sanar um vício detectado no contrato original (vício este que em nada impacta ou prejudica a prestação dos serviços ora contratados) e que, mais do que isso, tem o condão de preservar o interesse público, conforme se observará nos termos do documento que segue.

Ademais, colocamo-nos à inteira disposição para qualquer questionamento ou dúvida.

Atenciosamente,

  
**Alexandre Ferreira da Silva Paiva**  
OAB/MG nº 143.400  
Assessor Jurídico

## TERMO DE CONVALIDAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

Considerando que os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública são tidos como essenciais e de estrita relevância para o atendimento do interesse público, especialmente quanto à segurança pública;

Considerando o caráter continuado dos serviços ora mencionados, de forma que uma eventual interrupção poderá causar uma série de prejuízos à Administração e aos munícipes;

Considerando, principalmente, a aplicação dos princípios da eficiência e da razoabilidade;

Considerando a Resolução ANEEL nº 414/2010, a qual dispõe que os ativos de iluminação pública passaram a ser de responsabilidade dos municípios somente a partir de 01/01/2015;

Considerando que o município de Canápolis-MG firmou em 29/12/2014 o Contrato Administrativo nº 135/2014 com a Construtora Remo Ltda. com vistas à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do município;

Considerando que o período inicial de vigência contratual seria para o prazo de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do instrumento;

Considerando que a empreiteira contratada iniciou efetivamente os serviços contratados em 01/01/2015 até 31/12/2015;

Considerando que no interregno entre a assinatura do contrato e a efetiva execução dos serviços não houve qualquer atividade (ex: empenhamento da despesa, liquidação, pagamento etc.) ou execução dos serviços contratados por parte da empreiteira no município;


Considerando que no período entre 30/12/2015 e 31/12/2015 a empreiteira contratada executou normalmente os serviços contratados;

Considerando a necessidade de correção do vício detectado;

Considerando o princípio da simetria, especialmente quanto ao art. 55 da Lei Federal nº 9.784/1999 que dispõe sobre a possibilidade da Administração convalidar o ato administrativo desde que haja um defeito sanável e que não acarrete lesão ao interesse público e nem prejuízo a terceiros;

Considerando o erro formal e sanável quando da formalização do contrato ao não prever expressamente que a execução dos serviços contratados dar-se-ia do período de 01/01/2015 a 31/12/2015, tendo assim como data de início o prazo estabelecido pela Resolução ANEEL nº 414/2010;

Considerando que o vício detectado se faz irrelevante, haja vista que este não impediu a realização e atendimento do interesse público e nem impôs qualquer sacrifício ao interesse privado;

  
SETOR DE LICITAÇÕES  
Folha nº 1359  
Assessoria



Considerando que a empresa contrata vem cumprindo o objeto contratado nos termos formalizados, não havendo até o momento qualquer conduta que a desabone ou que a desqualifique; e

Considerando que os preços contratados estão em conformidade com os preços praticados no mercado;

**DECIDE:**

Convalidar os atos referentes ao período de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2014, de forma que a vigência e os efeitos do instrumento contratual se estendem até 31/12/2015, sem prejuízo da observância e atendimentos das demais condições pactuadas.

Canápolis-MG, 04 de janeiro de 2016.

  
**DIÓGENES ROBERTO BORGES**  
Prefeito Municipal






COMUNICADO

Prezado(a) Prefeito(a),

Em virtude da necessidade de ajustar questões referentes a prazos que envolvem a contratação dos serviços de manutenção da iluminação pública dos municípios junto à Construtora Remo Ltda., foi necessária a elaboração pela Assessoria Jurídica de uma minuta de 'Termo de Convalidação' com vistas a sanar um vício detectado no contrato original (vício este que em nada impacta ou prejudica a prestação dos serviços ora contratados) e que, mais do que isso, tem o condão de preservar o interesse público, conforme se observará nos termos do documento que segue.

Acemais, colocamo-nos à inteira disposição para qualquer questionamento ou dúvida.

Atenciosamente,

  
Alexandre Ferreira da Silva Paiva  
OAB/MG nº 143.400  
Assessor Jurídico

**TERMO DE CONVALIDAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO**

SETOR DE LICITAÇÕES

Folha nº 1362

Considerando que os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública são essenciais e de estrita relevância para o atendimento do interesse público, especialmente quanto à segurança pública;

Considerando o caráter continuado dos serviços ora mencionados, de forma que uma eventual interrupção poderá causar uma série de prejuízos à Administração e aos municípios;

Considerando, principalmente, a aplicação dos princípios da eficiência e da razoabilidade;

Considerando a Resolução ANEEL nº 414/2010, a qual dispõe que os ativos de iluminação pública passaram a ser de responsabilidade dos municípios somente a partir de 01/01/2015;

Considerando que o município de Douradoquara-MG firmou em 22/12/2014 o Contrato Administrativo nº 103/2014 com a Construtora Remo Ltda. com vistas à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do município;

Considerando que o período inicial de vigência contratual seria para o prazo de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do instrumento;

Considerando que a empreiteira contratada iniciou efetivamente os serviços contratados em 01/01/2015 até 31/12/2015;

Considerando que no interregno entre a assinatura do contrato e a efetiva execução dos serviços não houve qualquer atividade (ex: empenhamento da despesa, liquidação, pagamento etc.) ou execução dos serviços contratados por parte da empreiteira no município;

Considerando que no período entre 23/12/2015 e 31/12/2015 a empreiteira contratada executou normalmente os serviços contratados;

Considerando a necessidade de correção do vício detectado;

Considerando o princípio da simetria, especialmente quanto ao art. 55 da Lei Federal nº 9.784/1999 que dispõe sobre a possibilidade da Administração convalidar o ato administrativo desde que haja um defeito sanável e que não acarrete lesão ao interesse público e nem prejuízo a terceiros;

Considerando o erro formal e sanável quando da formalização do contrato ao não prever expressamente que a execução dos serviços contratados dar-se-ia do período de 01/01/2015 a 31/12/2015, tendo assim como data de início o prazo estabelecido pela Resolução ANEEL nº 414/2010;

Considerando que o vício detectado se faz irrelevante, haja vista que este não impediu a realização e atendimento do interesse público e nem impôs qualquer sacrifício ao interesse privado;



Considerando que a empresa contrata vem cumprindo o objeto contratado nos termos formalizados, não havendo até o momento qualquer conduta que a desabone ou que a desqualifique; e

Considerando que os preços contratados estão em conformidade com os preços praticados no mercado;

**DECIDE:**

Convalidar os atos referentes ao período de vigência do Contrato Administrativo nº 103/2014, de forma que a vigência e os efeitos do instrumento contratual se estendem até 31/12/2015, sem prejuízo da observância e atendimentos das demais condições pactuadas.

Douradoquara-MG, 04 de janeiro de 2016.

  
**ADEMIR RAMOS RODRIGUES**  
Prefeito Municipal

